

Gastos Públicos no Âmbito da Educação Municipal: Uma análise na Cidade de Rondon do Pará

Lais Ranne Ribeiro da Costa Souza

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

E-mail: lays.ranne@unifesspa.edu.br

Eliane Sampaio

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

E-mail: elianessampaio@hotmail.com

Elaine Aparecida Teixeira

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

E-mail: elaine.teixeira@unifesspa.edu.br

Ingrid Paula Souza

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

E-mail: gripaula88@unifesspa.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar os principais gastos públicos que são direcionados à educação no município de Rondon do Pará - PA. Os procedimentos adotados são de caráter descritivo, pelo método qualitativo, analisando as informações de maneira exploratória, por meio de um estudo de caso que busca analisar 34 escolas de responsabilidade municipal. Os resultados apontaram que a despesa com pessoal representa a maior parcela do gasto com a educação durante os três exercícios avaliados, e o insumo “material de consumo” ocupa a segunda maior participação desse gasto. Quanto ao gasto médio do aluno/ano, o ano de 2018 apresentou o menor valor identificado, assim como a maior quantidade de alunos matriculados. Nos anos de 2019 e 2020, percebeu-se um aumento desse gasto. No que se refere aos recursos para manutenção do ensino, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) é o indicador com maior atuação. O Fundo Municipal de Educação (FME) por sua vez, detém uma participação efetivamente restrita, já os repasses da Prefeitura correspondem a menor parcela de contribuição diante dos fundos. Constatou-se, que a ferramenta de controle da gestão deve ser aprimorada, já que não foram obtidas as informações necessárias para a operacionalização concreta do cálculo do gasto por aluno. Recomenda-se que futuros estudos ampliem a abordagem desta temática, avaliando a evolução dos gastos em períodos maiores, tal como investiguem a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação, considerando os parâmetros educacionais necessários para atender a demanda educacional.

Palavras-chave: Gastos públicos. Recursos Aplicados. Educação municipal.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito tem sido discutido acerca dos gastos públicos educacionais, sendo que essa visibilidade se torna a fonte de acesso às informações para a sociedade que busca cada vez mais estar informada sobre o modo como esses gastos são administrados e aplicados, visando identificar a efetividade desse retorno por meio dos serviços que por ela são usufruídos (SOUSA et al., 2021).

No Brasil o debate sobre a eficiência dos gastos públicos vem ocorrendo há muito tempo, buscando avaliar indicadores de investimentos que contribuam para a qualidade da educação. Conforme estabelece a Constituição Federal Brasileira (CF, 1988), exige-se da esfera municipal a aplicação de no mínimo 25% da receita de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da educação, que impõe aos gestores e secretários a responsabilidade de fazer bom uso dos recursos disponíveis em conformidade com as regras exigidas, como também os aplicar na rede educacional, visando a determinação de impactos positivos na educação básica (AMORIM; DINIZ; LIMA, 2017).

Ainda nessa perspectiva, entende-se que avaliar os gastos públicos aplicados na educação dos brasileiros é de grande importância para a formulação e implementação das políticas educacionais, uma vez que os recursos públicos são fundamentais para aplicação e manutenção das atividades. Nesse contexto, é necessário desenvolver políticas públicas que viabilizem a realização das demandas no setor de ensino, pois em concordância com Becker (2021), por ser um serviço indispensável para a sociedade e pelo fato dos investimentos nesse setor serem públicos, derivados de impostos, é necessário que haja um comprometimento com a qualidade dos serviços e geração de bons resultados.

Diante dessas considerações, o presente estudo tem como problema de pesquisa identificar quais insumos, no decorrer dos anos de 2018, 2019 e 2020, apontam maior participação no gasto com a rede pública de ensino no município de Rondon do Pará - PA? Assim, a referida pesquisa tem por objetivo enumerar os principais gastos públicos que são direcionados à educação no município de Rondon do Pará. De modo específico objetiva-se: a) Verificar qual o gasto médio aluno/ano das escolas de ensino infantil e fundamental da rede pública municipal de ensino de Rondon do Pará; b) Identificar a participação do FUNDEB e do FME na manutenção dos gastos da rede pública municipal de ensino de Rondon do Pará de 2018 a 2020.

Este estudo justifica-se pelo alcance da transparência dos investimentos municipais na educação, gerando informação para a sociedade quanto a destinação dos recursos. Além disso, a exploração dessa temática contribui no processo de organização e gerenciamento dos recursos ao nortear gestores e a população no que tange a tomada de decisões sobre a política educacional (SOUZA, 2018).

Para a composição dessa pesquisa, além desta parte introdutória, o trabalho está estruturado com mais 4 seções, sendo a fundamentação teórica o embasamento científico apoiado na literatura para discutir sobre os aspectos da administração pública municipal, o papel dos gastos e da contabilidade no setor público e investimentos dos recursos municipais na educação. Quanto a terceira seção, esta apresentará os aspectos metodológicos, em seguida são apresentadas as análises dos dados, e por fim as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Administração Pública municipal em vista da finalidade dos gastos e da Contabilidade Pública

A partir dos vários ensinamentos retratados ao longo dos tempos, certifica-se que a administração é uma ciência, e como ciência aponta o desenvolvimento de processos que avaliam as funções de planejamento, direcionamento e de execução. Os sistemas administrativos estão ligados ao desenvolvimento dinâmico, assim, a exploração das técnicas de gestão surge como uma forma de se chegar a melhor tomada de decisão, de modo muito mais eficiente e eficaz (SANTIN; PEREIRA; CAMARGO, 2017).

A fim de compreender os termos que englobam a gestão no Estado, Paludo (2010) expõe o conceito de administração pública, no qual a gestão pública, em seu sentido amplo, se traduz no governo que toma as decisões políticas e na estrutura administrativa que executa as decisões. No sentido estrito, são integradas somente as funções administrativas de execução das atividades. Outro aspecto a se destacar é a forma de organização da gestão pública, uma vez que esta envolve a criação de órgãos e entidades, sua composição, possíveis alterações e extinções e as atribuições de competências administrativas a estes itens.

Diante desse cenário, conforme afirma Silva (2017), a administração pública pode afetar a coletividade quando age na intenção de beneficiar apenas determinados grupos, praticando “pessoalidade” em suas tomadas de decisões. Uma administração pública que atua de maneira consciente e atualizada mostra os benefícios que pode proporcionar à população. Além disso, faz-se necessário ressaltar o quão é importante uma administração que desenvolva suas ações sem perder a característica principal de ser pública e transparente.

A importância da transparência na gestão, que hoje é apresentada pela administração pública moderna, vem expandindo as divulgações das ações do governo, fazendo com que as informações geradas cheguem a inúmeros brasileiros, o que contribui para uma democracia mais justa, gerando um acompanhamento mais garantido pela população. Dessa maneira, encontra-se uma oportunidade de despertar nos cidadãos o desejo de acompanhar as ações públicas municipais por meio dos processos de comunicação entre Estado e população (SILVA; GOMES FILHO, 2019).

De acordo com França (2018), o gasto público é um dos principais instrumentos da ação governamental, pois na política fiscal o governo determina suas prioridades com base no investimento a ser realizado. É importante analisar como o montante do gasto produz resultados para a economia, visto que uma identificação só pode verificar se o valor é grande ou pequeno, mas não pode explicar a força dos resultados obtidos com esses investimentos. Desse modo, em termos simples, o gasto público corresponde à alocação de recursos do governo para financiar os serviços públicos, buscando atender bons resultados no que se refere as necessidades da população (SILVA, 2019).

Cabe também mencionar a existência da Lei nº 101, de 4 de maio 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade dos gestores, expressando parâmetros a serem cumpridos em relação ao gasto público, com o propósito de assegurar mecanismos necessários para o aumento da eficácia, eficiência e efetividade da gerência pública (SANTIN; PEREIRA; CAMARGO, 2017).

Em vista desse enfoque, é imprescindível abordar as interpretações junto a Contabilidade Pública que desempenha suas funções em prol da manutenção do bem público. Nesse sentido, em concordância com Silva (2019), vê-se que a Contabilidade Pública é tão importante quanto a contabilidade aplicável nas empresas privadas. Os métodos contábeis

não devem se limitar apenas à prestação de contas públicas, por meio de dispositivos legais e constitucionais, mas também buscar a transparência nas demonstrações financeiras, possibilitando a população a compreensão das ações desenvolvidas pelo governo, para que assim façam análises, verificando a atuação dos diversos órgãos envolvidos.

No caso da Contabilidade Pública, por ser uma esfera consideravelmente complexa, várias demonstrações com informações diferentes são necessárias para aplicação de controle. Em meio as ferramentas contábeis existem alguns relatórios que são exigidos pelos órgãos reguladores, como o tribunal de Contas Municipal, que avalia: o Balancete Financeiro, Relatório de Despesas a Pagar, Relatório de Gastos com Saúde e Educação, Relatório de Pagamentos Efetuados no Mês, entre diversos outros. Além disso, é válido sublinhar que existem orientações básicas a serem seguidas na elaboração desses relatórios, tais como a forma de apresentação, o conteúdo das informações e a frequência de apresentação, conforme estabelecido na legislação societária e comercial, e especificado nos Princípios Fundamentais da Contabilidade (SILVA, 2019).

Desse modo, diante das considerações supramencionadas, extrai-se que a Contabilidade Pública tem um papel importante perante a sociedade, pois é responsável por comprovar com precisão os atos e fatos relativos à gestão dos gastos públicos, concretizados de forma precisa e acessível a cada cidadão, cumprindo assim a finalidade de ser ciência social (BARBOSA; NEVES JÚNIOR, 2019).

2.2 Investimentos dos recursos na educação básica municipal

O debate sobre o financiamento da educação vem atraindo cada vez mais a atenção de pesquisadores e agentes políticos (GUIMARÃES; PINTO, 2001). Desta forma, entender o impacto que os recursos financeiros têm no ensino, gera considerações relevantes sobre a construção de orçamentos educacionais mais eficientes, tornando possível a identificação quanto a destinação dessas disponibilidades financeiras, levando em conta que possam aperfeiçoar a qualidade do ensino (BERNARDO; ALMEIDA; NASCIEMNTO, 2020).

Morais *et al.*, (2018) destacam a importância das discussões sobre os gastos na educação, pois sem a adequação dos bens disponíveis não é possível atender as disposições constitucionais que asseguram um ambiente escolar de qualidade para todos. Na Constituição Federal, em seu art. 212 (CF, 1988), também é possível identificar as duas principais fontes de capitais utilizados para financiar a educação pública. A primeira delas é a aplicação de parte da receita líquida de impostos e transferências, e a segunda é através da contribuição social do salário-educação. O percentual mínimo de capital a ser investido para estados e municípios é de 25%, já no que tange a União, é de 18% (SANTOS, 2021).

Ao abordar sobre as necessidades do governo e a garantia do financiamento do ensino infantil e fundamental, vê-se que foi desenvolvido a criação de dois fundos de natureza contábil, que são: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) (FERREIRA, 2018).

De acordo com Dias e Oliveira (2019), o FUNDEF foi criado a partir da Emenda Constitucional nº 14/1996 que trouxe a determinação de que 60% do capital seria destinado exclusivamente ao ensino fundamental. O referido fundo desenvolveu-se em 1º de janeiro de 1998, período no qual entrou em vigência o novo processo de redistribuição dos recursos que são designados ao ensino fundamental, e permaneceu até dezembro de 2006.

Diante desse contexto, Ferreira (2018) aponta que o FUNDEB foi regulamentado em 20 de julho de 2007, a partir da Lei nº 11.494, em substituição ao FUNDEF. Cabe salientar que

este fundo atualmente encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. O mais recente fundo deseja alcançar melhorias na qualidade do ensino por meio da vinculação dos recursos em favor da manutenção do ensino, valorizando os profissionais da educação básica. Além disso, o FUNDEB financia todas as classificações de ensino, diferenciando-se do seu antecessor nessa abrangência, que por sua vez, era destinado apenas a educação fundamental. Entretanto, apesar do aumento do recurso destinado ao FUNDEB para financiar essas etapas de ensino, não é possível afirmar que seja suficiente para garantir o desenvolvimento do ensino e para a valorização dos profissionais do magistério (MAGRO, 2014).

Outra fonte importante do dinheiro educacional é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), considerado o órgão executivo das políticas educacionais. O objetivo central desse fundo é captar recursos de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Educação e utilizá-los para financiar projetos de ensino e pesquisa, incluindo alimentação escolar e bolsas de estudo (KROTH; GONÇALVES, 2019).

Nessa perspectiva, Santos (2021) retrata que além do direito à educação, a qualidade dos serviços prestados também é muito importante. Portanto, vale lembrar que acompanhar o processo de evolução das doutrinas de financiamento é fundamental para o desenvolvimento de ações e projetos que visem o cumprimento das metas traçadas pelos planos de educação.

No entanto, deve-se repensar sobre a ideia de que a qualidade do serviço ofertado está diretamente ligada à quantidade de recursos que são aplicados. É fundamental que seja feita uma avaliação não apenas sobre maneiras para obtenção de mais receitas, mas principalmente, na forma em que os recursos disponíveis são investidos. Dessa forma, o desafio não se traduz apenas em aumentar a obtenção de recursos, mas visando a eficácia das políticas públicas, sendo recomendado que haja a avaliação dos gastos para a conquista de maiores resultados com menores investimentos (MONTE; LEOPOLDINO, 2017). Em meio a esses aspectos, tratando-se da influência do gasto médio por aluno na qualidade de ensino, vale ressaltar que os valores aplicados nas escolas públicas não garantem que o serviço seja eficiente, levando em consideração que a quantidade de recursos investidos pelos gestores não apresenta necessariamente melhores indicadores educacionais (OLIVEIRA, 2016).

Outro fator a se discutir é a ausência de alguns insumos da educação, como: materiais e equipamentos, estrutura física de muitas escolas, dentre outros. Essa falta interfere na aprendizagem do aluno, como também alerta a comunidade escolar sobre a necessidade de uma participação mais efetiva no acompanhamento da gestão dos recursos, o que contribuiria para um resultado mais satisfatório (SANTOS; NOGUEIRA, 2021).

Perante o exposto, Oliveira (2016) afirma que realizar maiores investimentos na educação dos municípios torna o desenvolvimento acadêmico mais eficiente e aumenta o grau de aprendizado dos alunos. À medida que forem efetuadas aplicações em infraestrutura, despesas correntes, melhoria na remuneração dos professores e em outros insumos escolares, mais resultados positivos no desempenho dos estudantes poderão ser identificados. Além disso, precisa-se de uma análise mais precisa em cada escola, buscando evidenciar à gestão as principais necessidades educacionais para o processo de ensino (FERREIRA *et al.*, 2019).

Ainda nessa concepção, cabe ressaltar que o transporte escolar é uma política educacional crucial para que muitos alunos de escolas públicas tenham acesso ao ambiente escolar, levando em consideração a garantia do direito à educação de qualidade em todas as localidades (GONÇALVES; WANZINAC, 2020).

À vista disso, compreende-se que a educação é um ponto essencial na evolução de uma nação, capaz de impulsionar a produtividade, a igualdade e justiça social. Deste modo, cabe ao Estado conduzir políticas públicas que desenvolvam essas ações, especialmente aquelas atreladas a educação, investindo de maneira contínua, o que ocasiona não somente a análise dos valores investidos, mas os resultados efetivamente alcançados (MONTE; LEOPODINO, 2017).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se um estudo de caso no município de Rondon do Pará com o intuito de analisar os principais gastos públicos que são direcionados à educação infantil e fundamental da cidade. Segundo Proetti (2017, p. 13), desenvolver um estudo de caso é “buscar entendimento sobre as características de um objeto de forma científica, questionar sua origem, seu desenvolvimento e suas influências”. Cabe ressaltar que, para as análises aqui desenvolvidas, levou-se em consideração os anos de 2018 a 2020, período que compreende dois anos antecedentes a pandemia e um ano de vigência desta. O presente estudo se enquadra em uma perspectiva qualitativa, de caráter descritivo, a fim de apresentar uma análise sobre os gastos públicos no âmbito educacional através dos procedimentos exploratórios.

Em relação aos procedimentos para coleta dos dados, solicitou-se a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) o número de escolas públicas existentes no município de Rondon do Pará, assim como o número de matrículas efetivas no decorrer dos anos de 2018 a 2020. É importante destacar que, no município havia 35 escolas de natureza pública, sendo apenas 1 de domínio estadual, que é voltada ao ensino médio localizada na zona urbana, e 34 escolas de responsabilidade municipal. Destas, 4 estão inseridas na categoria de ensino infantil, 9 escolas dedicadas ao ensino fundamental situadas na zona urbana e 21 instituições de ensino situadas na zona rural. Assim, a amostra desta pesquisa é formada pelas 34 escolas públicas municipais de Rondon do Pará.

Diante do exposto, ressalta-se que os dados referentes aos insumos relativos à educação, que correspondem aos gastos dos Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Fundo Municipal de Educação (FME) e as contrapartidas efetivadas pela Prefeitura Municipal de Rondon do Pará utilizados para manutenção do ensino público municipal, foram obtidos através do Portal da Transparência e junto ao departamento contábil da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará. Além disso, foi realizado o levantamento dos gastos totais e as receitas arrecadadas por meio dos relatórios contábeis com o intuito de mensurar o gasto médio por aluno no decorrer dos anos estudados.

Para o tratamento dos dados utilizou-se o *Software Microsoft Excel* para organização e tabulação das informações. No tocante aos resultados, foram realizadas análises comparativas entre os anos a fim de verificar as variações durante o período estudado, fazendo o uso de proporções e porcentagens para mensurar os resultados, levando em consideração a literatura que aborda tal temática.

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A fim de facilitar o entendimento desta seção, ressalta-se que esta análise está estruturada em dois tópicos, o primeiro refere-se aos principais insumos na composição dos gastos e no cálculo do gasto médio do aluno/ano. No segundo tópico serão apresentados e discutidos os resultados relativos as participações dos fundos educacionais na manutenção do sistema de ensino.

4.1 Composição dos insumos nos gastos educacionais

De forma a compreender o direcionamento das despesas utilizadas para a realização do serviço educacional, a tabela 1 apresenta a descrição dos insumos que integram os gastos com a educação municipal em Rondon do Pará.

Tabela 1

Detalhamento dos insumos

Despesas com pessoal	Se direciona a folha de pagamento dos professores, agentes administrativos, vigias, serventes, e outros colaboradores da educação.
Diárias civis	São ajudas de custos para auxiliar nas despesas referentes as viagens realizadas pelos servidores.
Material de consumo	Abrange os gastos com merenda escolar, materiais de escritório, expediente, limpeza, combustíveis etc.
Serviços de consultoria	São decorrentes de contratos de pessoa física e pessoa jurídica que prestam serviços de consultoria técnicas ou auditorias financeiras.
Serviços de terceiros	Possuem natureza de pessoa física e pessoa jurídica eventualmente contratados, como locação de imóveis, transporte escolar e outros serviços.
Obras públicas	Abarcam as manutenções de instalações inerentes aos imóveis, os prosseguimentos e conclusão de obras.
Material permanente	Compreende os materiais com uma durabilidade superior a dois anos, tais como, máquinas e utensílios de escritório, aparelhos domésticos, coleções bibliográficas, dentre outros.
Indenizações /restituições	Tratam das despesas orçamentárias resultantes dos pagamentos com indenizações, inclusive as trabalhistas devidas por órgãos e entidades a qualquer título.

A identificação da composição dos insumos na tabela 1 permite analisar como é feita a distribuição das ações efetuadas, sendo relevante entender a operacionalização de cada categoria para uma melhor alocação dos recursos disponíveis à educação. Partindo para a análise, observa-se que a Tabela 2 apresenta o resumo das despesas com os insumos que compõem os gastos das escolas municipais de Rondon do Pará. São expostos na Tabela 2 os valores totais e percentuais referentes as despesas de cada ano analisado.

Tabela 2

Despesas com insumos nos anos de 2018 a 2020

INSUMOS	2018	%	2019	%	2020	%
Pessoal	R\$ 29.651.306,60	89,34%	R\$ 32.758.486,07	86,94%	R\$ 35.220.948,48	90,04%
Diárias Civis	R\$ 62.400,00	0,19%	R\$ 40.380,00	0,11%	R\$ 1.200,00	0,003%
Material de consumo	R\$ 2.710.550,39	8,17%	R\$ 3.600.748,55	9,56%	R\$ 1.761.458,44	4,50%
Serviços consultoria	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 89.500,00	0,23%
Serviços de terceiros	R\$ 470.877,89	1,42%	R\$ 586.471,58	1,56%	R\$ 449.166,60	1,15%
Obras públicas	R\$ 288.317,63	0,87%	R\$ 585.288,84	1,55%	R\$ 1.575.629,86	4,03%
Material permanente	R\$ 6.358,00	0,02%	R\$ 91.233,10	0,24%	R\$ 16.445,00	0,04%
Indenizações/Restituições	R\$ 609,74	0,002%	R\$ 15.549,81	0,04%	R\$ 918,40	0,002%
TOTAL	R\$ 33.190.420,25	100%	R\$ 37.678.157,95	100%	R\$ 39.115.266,78	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, é possível identificar que em 2018, 2019 e 2020 o insumo que tem maior destaque é o gasto com pessoal. Pode-se afirmar que isso ocorre devido ao pagamento da folha dos servidores da educação básica, pois, conforme Ferreira (2014), a maior parcela da verba educacional está direcionada ao gasto com pessoal, principalmente com os salários dos docentes. Também é possível constatar que a categoria “Material de Consumo” ocupa a segunda maior representatividade. Nesse contexto, conforme as informações presentes no Portal da Transparência, as despesas mais notáveis desse insumo são destinadas aos combustíveis e a merenda escolar.

Outro fato que se observa na Tabela 2 são as aplicações com serviços de terceiros que tiveram variações ao longo dos anos, sendo desembolsado montantes em torno de R\$ 586.000,00 em favor da educação. Cabe apontar que entre os serviços contratados de terceiros, os dados do Portal destacam o transporte escolar como atividade mais requerida, sobretudo o transporte voltado aos alunos da zona rural. Nessa concepção, Gonçalves e Wanzinac (2020) afirmam que o transporte escolar é um elemento crucial para que todos os alunos tenham acesso as escolas públicas em todas as localidades.

Analisando ainda a Tabela 2, verifica-se que o insumo “Serviços de Consultoria” não apresenta consumo nos dois primeiros exercícios. Por outro lado, o exercício de 2020 detêm a participação total desse gasto. Enfatiza-se que, com base no Portal da Transparência, o recurso utilizado foi destinado à contratação de serviços de assessoria contábil e consultoria para acompanhamento de prestação de contas no que corresponde a programas e convênios.

Além disso, verifica-se que o insumo “Obras públicas” em 2018 apresentou um aumento considerável ao longo dos anos, chegando a um valor de R\$ R\$ 1.575.629,86, no último ano. Segundo o Portal da Transparência, em 2018 iniciou-se a construção de duas escolas da zona rural, em 2019 as obras foram para a continuidade dessas propriedades e realização de reparos em escolas infantis. No ano de 2020 se tem execuções relativas ao prosseguimento das obras das instituições rurais. Dessa maneira, é fundamental destacar a importância de implementação de projetos para a melhoria na educação, pois em concordância com Oliveira (2016), efetuar investimentos em infraestrutura colabora no desenvolvimento educacional e amplia o aprendizado dos alunos.

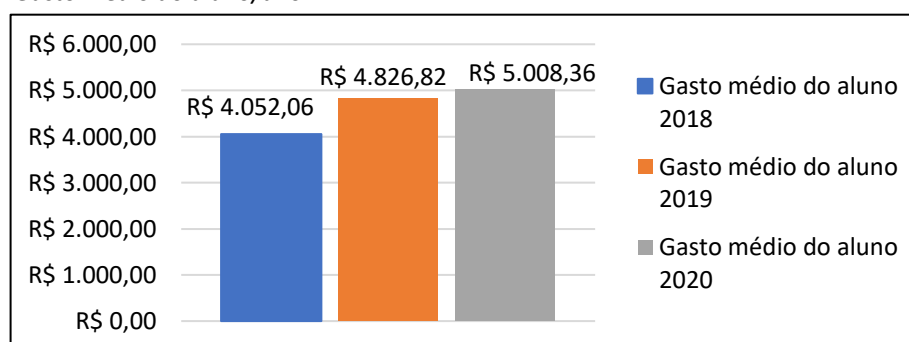
Além desses achados, percebeu-se que os insumos “Diárias Civis”, “Materiais permanentes” e “Indenizações/restituições” representam os menores resultados nos anos de 2018 a 2020, visto que apresentam percentuais inferiores a 1%. Em conformidade com Santos e Nogueira (2021), é oportuno salientar a necessidade de investimento em determinados insumos destinados a qualidade da educação, nesse caso, materiais e equipamentos que possuem devida influência no sistema de ensino, visando uma melhoria na realização dos serviços educacionais ofertados.

A seguir são apresentados os dados referentes ao cálculo do gasto médio do aluno/ano das 34 escolas que compõem a amostra. Esta variável considerou a quantidade geral de alunos matriculados nas escolas, em razão dos gastos totais (despesas) da educação no município, os quais abrangem os gastos voltados às modalidades de ensino infantil e fundamental, como também, os outros insumos já citados anteriormente. É imprescindível sublinhar que a avaliação em questão não considera os consumos específicos de cada escola, uma vez que só foram obtidas informações pertinentes a totalidade, o que se traduz numa apuração baseada em médias. Os elementos presentes na Tabela 3 mostram a quantidade total de alunos matriculados nas escolas em cada ano, e relata o total de todos os gastos com a educação.

Tabela 3*Totais de gastos e matrículas*

Período	2018	2019	2020
Gastos gerais	R\$ 33.190.420,25	R\$ 37.678.157,95	R\$ 39.115.266,78
Nº de Matrículas	8.191	7.806	7.810

Tratando dos gastos gerais, é possível perceber um aumento gradativo perante os exercícios estudados. Um dos principais indicadores para o crescimento está relacionado às despesas com pessoal, em vista de que a folha de pagamento sofre ajustes e acréscimos salariais anualmente, que são adquiridos por direito pelos educadores. Em relação ao número de alunos matriculados, observa-se que no decorrer dos anos houve uma variação. O último exercício, por sua vez, apresenta um singelo aumento em relação ao exercício anterior, com 7.810 alunos matriculados. Sob essa ótica, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a evasão efetiva dos alunos está associada a migração da população para outras regiões em busca de novas oportunidades, emprego e renda, a fim de melhorar a qualidade de vida de suas famílias. Tratando do gasto do aluno/ano a Figura 1, tem a finalidade de apresentar o resultado do cálculo em cada ano analisado.

Figura 1*Gasto médio do aluno/ano*

Detalhando-se os dados da Figura 1, observa-se que o gasto médio do aluno de 2018 foi de R\$ 4.052,06, sendo o menor valor identificado dentre os demais anos. Além disso, identifica-se que o valor do gasto médio do aluno representou um aumento de R\$ 181,54 de um exercício para o outro. Percebe-se que o montante do recurso aplicado não está diretamente ligado a quantidade de alunos, uma vez que o exercício de 2018 apresenta o menor gasto médio do aluno, no entanto, possui a maior quantidade de alunos matriculados, já o segundo e terceiro exercício demonstram maiores gastos médios de alunos e menores números de estudantes. Desse modo, Oliveira (2016), manifesta que o montante investido na educação possui sim uma devida influência na qualidade de ensino, apesar disso, não se pode afirmar que a quantidade de recurso aplicado é um fator determinante para obtenção de melhores resultados.

É importante destacar que esse cálculo é de caráter estimativo, denominado assim um gasto médio, já que não foi possível identificar a organização da segregação dos gastos destinados a cada escola, visto que, determinados dados referentes as despesas com cada instituição são realizadas de maneira global, pois não há um mecanismo administrativo que viabilize o direcionamento das informações em favor de cada escola. Dessa maneira, Silva (2019) aponta que para a gestão atingir suas metas em proporcionar um serviço educacional de qualidade, é necessário que se tenha planejamento e controle dos recursos públicos, com

intuito de tornar esses gastos mais eficientes e, conseqüentemente, colaborar na transparência quanto a utilização deles, os quais também necessitam de controle interno, um instrumento indispensável para auxílio da administração, agindo de maneira prudente quanto a possíveis erros.

Considerando que existem diversos fatores que influenciariam na verificação do quanto efetivamente cada aluno gasta, declara-se que não foi levado em consideração a quantidade de alunos por escolas e nem os gastos relativos as particularidades e modalidades de ensino de cada escola, o que dificulta a realização de uma análise mais objetiva, a qual buscaria identificar os indicadores que influenciam no aumento ou diminuição desse gasto por aluno. Nesse sentido, Ferreira *et al.*, (2019) reiteram que é necessária uma avaliação mais precisa por unidades escolares com intuito de proporcionar ao gestor uma percepção abrangente quanto as diferenças de recurso e demandas educacionais para contribuir no desenvolvimento de cada estudante.

4.2 Participação dos fundos na manutenção do ensino

Para a abordagem de uma análise mais completa, também foram utilizados os recursos aplicados na educação em comparação com os gastos totais de cada ano analisado, com a finalidade de apurar o percentual de participação dos fundos e dos repasses da prefeitura no quantitativo aplicado no setor educacional.

Observando os resultados obtidos na Tabela 4, nota-se que FUNDEB é o indicador com maior contribuição no financiamento da rede de ensino municipal rondonense nos três exercícios avaliados. Nos dois primeiros anos, as participações desse fundo apresentaram taxas superiores a 85%, em contrapartida, em 2020 ocorreu certa diminuição, uma vez que o recurso em questão subsidiou cerca de 80% dos gastos, isso porque durante o ano de 2020 as despesas aumentaram, principalmente aquelas voltadas ao gasto com pessoal, como verificado no tópico anterior. Logo, o recurso vinculado ao FUNDEB não foi capaz de custear os dispêndios necessários para manutenção da rede de ensino, necessitando de uma maior contribuição da Prefeitura Municipal. Dessa maneira, Magro (2014) ressalta que mesmo que haja aumento na verba aplicada na educação através do FUNDEB, não se permite assegurar que os recursos disponíveis irão garantir o desenvolvimento do ensino.

Tabela 4

Participação na manutenção dos gastos educacionais

APLICAÇÕES	2018	%	2019	%	2020	%
PREFEITURA	R\$ 2.243.628,97	6,76%	R\$ 2.248.851,58	5,97%	R\$ 4.648.616,90	11,88%
FME	R\$ 2.484.123,82	7,48%	R\$ 3.040.148,81	8,07%	R\$ 3.125.227,73	7,99%
FUNDEB	R\$ 28.462.667,46	85,76%	R\$ 32.389.157,56	85,96%	R\$ 31.341.422,15	80,13%
GASTOS TOTAIS	R\$ 33.190.420,25	100%	R\$ 37.678.157,95	100%	R\$ 39.115.266,78	100%

O Fundo Municipal de Educação (FME) apresenta pequenas variações em suas proporções, com 7,48%, 8,07% e 7,99%, na devida ordem, revelando uma parcela consideravelmente reduzida na participação dos gastos apurados. Conforme os dados obtidos através do Portal da Transparência, as aplicações desse fundo são voltadas para aquisição de merenda, manutenção de transporte escolar, programas de materiais didáticos dentre outras ações destinadas à educação básica. É relevante salientar que o fundo em questão tem a finalidade de complementar as despesas vinculadas a educação, dado que, apresenta restrita participação para o financiamento do ensino.

Quanto a contribuição da Prefeitura Municipal de Rondon, em 2018 o percentual de 6,76% corresponde a menor quantia perante os outros dois fundos. No segundo período é possível identificar que essa constatação se repete, além desse aspecto, o percentual de 5,97% expressa decréscimo no que tange ao ano anterior. Contudo, ao observar o resultado encontrado da colaboração da prefeitura em 2020, vê-se que 11,88% representam quase o dobro do valor detectado no exercício antecedente, ocupando dessa vez a segunda maior participação no gasto do período em que se trata. Segundo informações obtidas no Departamento Contábil as contrapartidas efetuadas pela prefeitura são oriundas de recursos vinculados a arrecadação de impostos, taxas e contribuições, desse modo, esses repasses são essenciais para auxiliar no custeio da educação municipal de Rondon do Pará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar os principais gastos públicos que são direcionados à educação no município de Rondon do Pará - PA. Especificamente, buscou-se verificar qual o gasto médio do aluno/ano das escolas da rede pública municipal de ensino de Rondon do Pará, bem como identificar qual a participação do FUNDEB e do FME na manutenção dos gastos da rede pública municipal de ensino de Rondon do Pará de 2018 a 2020.

Com base nas observações realizadas nesta investigação, relata-se que foi possível responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, já que a avaliação dos resultados permitiu identificar aspectos fundamentais na aplicação dos recursos públicos no que tange ao serviço educacional ofertado, na medida em que evidenciou como são operados os recursos em benefício das demandas educacionais no município de Rondon do Pará - PA.

No entanto, os impedimentos relacionados ao gasto médio do aluno/ano devem ser considerados, em virtude de que não foram obtidas as informações necessárias para a operacionalização concreta do cálculo, esse fato implicou na verificação real de quanto um aluno efetivamente gastou nos anos analisados, já que não foi possível considerar as vertentes fundamentais na aplicação dos recursos com base nas particularidades requeridas das instituições de ensino. Nesse sentido, se reforça a necessidade de aprimorar a ferramenta de controle utilizada pela gestão, desenvolvendo um procedimento de distribuição alinhado com as exigências de cada escola, uma vez que o não cumprimento desse aspecto pode gerar imprecisões quanto a aplicação dos gastos públicos e, conseqüentemente, afetar a qualidade do sistema de ensino municipal.

Além disso, mesmo sabendo que a responsabilidade do financiamento de ensino é de todas as esferas, ficou constatado também, o quanto são limitados os recursos vinculados ao FUNDEB. Apesar de apresentar a maior participação em favor da manutenção da educação, as aplicações efetuadas através deste fundo não foram capazes de sustentar os gastos com pessoal, os quais representam a maior demanda. Sob essa percepção, Sales e Silva (2009) apontam que para suprir essa condição e manter os parâmetros de qualidade do ensino, os municípios deveriam disponibilizar uma quantia maior que a arrecadada pelos impostos, bem acima da definição legal, o que prejudicaria o suporte necessário destinados as outras áreas que também possuem uma devida importância na sociedade, como segurança, saúde etc.

Diante dos relatos mencionados, medidas que determinem o aumento da qualidade do ensino devem ser efetuadas. Considerando que a contabilidade possui mecanismos indispensáveis para a gestão, devem ser estabelecidos meios que operem em vista de contribuir no processo de organização dos gastos efetuados pelo poder público municipal, em razão de que através da contabilidade pública é praticável a análise da situação financeira e a

elaboração de planejamentos que busquem definir prioridades quanto a necessidade da educação. Desse modo, o papel da contabilidade diante dos gastos permite entender as verdadeiras condições para direcionar a administração, favorecendo no desenvolvimento positivo da educação.

Como abordado anteriormente, esta pesquisa apresenta limitações na obtenção de informações no que se refere as despesas geradas pelas escolas, pois só foram disponibilizados os valores dos gastos totais que sustentam essas instituições de ensino. Sugere-se, portanto, que futuros estudos ampliem a abordagem desta temática, avaliando a evolução dos gastos em períodos maiores, tal como, investiguem a qualidade da aplicação dos recursos em conformidade com a legislação, considerando parâmetros educacionais necessários para atender a demanda educacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, K. A. F.; DINIZ, J. A.; LIMA, S. C. A Visão do controle externo na eficiência dos gastos públicos com educação fundamental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 56-67, mai. 2017.

BARBOSA, M. R; NEVES JUNIOR, A. S. Contabilidade Pública e a lei de transparência: Os impactos desta lei nos procedimentos da contabilidade pública do município de Barreiras-Ba. **Revista das Ciências da Saúde e Ciências Sociais aplicadas do Oeste Baiano**. v.4, n.1, p. 85-108, jan./jun. 2019.

BECKER, K. L. Uma análise da contribuição do Fundeb sobre a qualidade da educação pública dos municípios brasileiros. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Texto para Discussão. Brasília, abril de 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10557/1/td_2641.pdf. Acesso em: 28 nov. 2021.

BERNARDO, J. S.; ALMEIDA, F. M.; NASCIMENTO, A. C. C. Qualidade geral da educação municipal e as influências dos gastos públicos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas (AAPE)**. Viçosa, v. 28, n.23, p.1-33, fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acesso em: 25 de novembro.

BRASÍLIA. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 24 de novembro.

BRASÍLIA, **Lei Nº 11.494, De 20 De Junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Congresso Nacional, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 26 de novembro.

DIAS, E. R; OLIVEIRA, O. A. FUNDEF e repasses tardios aos municípios decorrentes de decisão judicial. A questão da vinculação constitucional. **Revista da AJURIS**, Rio Grande do Sul, v. 46, n. 146. p. 119-153, jun. 2019.

FERREIRA, C. O. **FUNDEB em Manaus: composição e aplicação dos recursos no sistema municipal de educação na capital do Estado do Amazonas** (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6830>. Acesso em: 23 de nov. 2021.

FERREIRA, M.A.S. **O Fundef e o Fundeb como política de financiamento para a valorização do magistério: Efeitos na carreira e na remuneração dos professores da rede pública estadual de ensino do RN** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19286>. Acesso em: 03 de mai. 2022.

FERREIRA, S. T. *et al.* Custos na administração pública: Análise dos custos educacionais em Luziânia/GO. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 108-126, mai./ago. 2019.

FRANÇA, P. R. **Gastos públicos municipais e crescimento econômico: Uma análise dos municípios Maranhenses de 2003 a 2014** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil. 2018. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2228>. Acesso em: 22 de nov. 2021.

GONÇALVES, D.R; WANZINACK, C. A importância do transporte escolar na educação: Umm estudo de caso sobre transporte escolar no município de Guaratuba- Paraná. **Caderno de Administração e Gestão Pública (GESTUS)**, Paraná, v.3, p. 40-49. 2020.

GUIMARÃES, J. L.; PINTO, J. M. R. A Demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para o seu financiamento. **Revista Em Aberto**. Brasília, v. 18, n. 74, p. 92-105, dez. 2001.

KROTH, D. C.; GONÇALVES, F. O. O impacto dos gastos públicos municipais sobre a qualidade da educação: Uma análise de variáveis instrumentais entre 2007 E 2011. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 53, p.327-355, jul./dez. 2019.

MAGRO, F.C. **Federalismo, políticas educacionais e qualidade do gasto público: Uma análise do Fundeb no Tocantins** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil. 2014. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/234>. Acesso em: 03 de mai. 2022.

MONTE, M. M.; LEOPOLDINO, C. B. Eficiência dos gastos municipais em educação no Ceará. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 44-55, jul./set. 2017.

MORAIS, G. K. O. *et al.* Relação entre gasto público em educação e desempenho educacional: Uma análise dos municípios do Nordeste. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Rio Grande do Norte, v. 7, n. 1, p. 35-55, set. 2018.

OLIVEIRA, D. V. **Relação entre gastos educacionais e desempenho escolar dos municípios goianos** (Dissertação de mestrado). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6152>. Acesso em: 03 de mai. 2022.

PALUDO, A. V. **Administração Pública: Teoria e mais 500 questões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lúmen**, São Paulo, v. 2, n. 4, jun./dez. 2017.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - **CFC Nº 1.128 DE 21.11. 2008**. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1128_2008.htm. Acesso: 24 de novembro. BRASIL.

SALES, L.C.; SILVA, M.J.G.S. O financiamento da educação pública municipal de Teresina: O custo-aluno/ano. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.17, n.65, p.695-718, out./dez. 2009.

SANTIN, J. R.; PEREIRA, A. S.; CAMARGO, E. J. Administração pública municipal e Lei de Responsabilidade Fiscal: Gastos e receitas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 7, p. 108-124, mai./ago. 2017.

SANTOS, M. B. **Financiamento da Educação Básica no Brasil: Uma Análise Das Propostas para a Complementação da União na Definição do Novo FUNDEB** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8541>. Acesso em: 22 de nov. 2021.

SANTOS, M. B.; NOGUEIRA, S. C. C. Políticas públicas para o financiamento da educação básica: mapeamento de pesquisas no Fundeb. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 1-14, 2021.

SILVA, D. M. **O papel do controle interno na contabilidade pública municipal** (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Anápolis, GO, Brasil. 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26138>. Acesso em: 24 de nov.2021.

SILVA, F. A; GOMES FILHO, A. S. Transparência da gestão pública: Um estudo do município de Lavras da Mangabeira-Ceará. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Ceará, v.13, n. 43, p. 87-101, mai. 2019.

SILVA, T. A. Conceitos e evolução da administração pública: O desenvolvimento do papel administrativo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., 2017, Rio Grande do Sul. **Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Rio Grande do Sul, Brasil, p.1-22.

SOUSA, M. G. *et al.*, Uma análise da eficiência dos gastos públicos com educação nos municípios do Estado do Amazonas no período de 2013 a 2017. **Revista Ambiente Contábil**, Rio Grande do Norte, v. 13, n. 1, p. 222-243, jan. 2021.

SOUZA, R. L. S. **Qualidade do gasto público em educação: Uma análise nos municípios da Paraíba** (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11893>. Acesso em: 23 de nov. 2021.